

QUESTIONANDO O QUESTIONAMENTO AOS CLÁSSICOS DO MARXISMO SOBRE A AGRICULTURA

Paulo de Tarso Soares*

Introdução¹

O trabalho de autoria de Ricardo Abramovay, que conquistou o prêmio de “Melhor Tese de Doutorado” no VII Concurso ANPOCS de Teses Universitárias e Obras Científicas, no ano de 1991, publicado em livro, com o título de *“Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão”* (Abramovay, 1992), defende que os textos escritos pelos autores clássicos do marxismo, como Lênin e Kautsky, não são capazes de explicar fenômenos importantes da agricultura capitalista no presente.

A inaplicabilidade desses textos resultaria da não realização, no presente, da tese de que o desenvolvimento do capitalismo no campo produz uma agricultura “bimodal”, ou seja, caracterizada pela presença de poucas corporações enormes, de um lado, e de um numeroso proletariado rural, de outro lado. O que estaria vigorando é uma agricultura predominantemente familiar, altamente “tecnificada”, dinâmica, “plugada” no mercado, mas com reduzidíssimo uso de trabalho assalariado:

“O paradigma com base no qual se estuda o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, cuja matriz são os trabalhos clássicos de Lênin (Lênin, 1982) e Kautsky (Kautsky, 1980), vem-se mostrando cada vez menos capaz de dar conta de fenômenos contemporâneos decisivos. Por um lado, a associação entre desenvolvimento capitalista e ampliação do trabalho assalariado, tão cara ao trabalho de Lênin, encontra pouco respaldo empírico. Por outro lado, a idéia da necessária inferioridade da agricultura familiar, fundamental no livro de Kautsky, tampouco é confirmada pelo que se observa nos países avançados. No paradigma dos clássicos não há lugar sequer para que coloque a questão, hoje decisiva, das razões pelas quais a agricultura familiar tem sido, nestas nações, a principal forma social do progresso técnico no campo.” (Abramovay, 1992, p. 20, grifo nosso) ².

* O autor, Prof. Dr. USP/FEA/EAE, Pesquisador da FIPE e Prof. Dr. FEA/PUC-SP (licenciado), registra os agradecimentos ao Prof. Dr. José Francisco de Lima Gonçalves, colega no Depto. de Economia da FEA/USP, pelos proveitosos comentários. Os erros e omissões, evidentemente, são de exclusiva responsabilidade de quem escreveu este texto. Registra, também, que comentários adicionais serão bem aceitos: tel. (011) 818-5945; fax. (011) 818-6013; e. mail PTSOARES@USP.BR

(¹) Uma versão anterior foi apresentada no Workshop Teórico Economia Política da Agricultura, patrocinado pelo IE/UNICAMP e pela FEA/USP, realizado na UNICAMP, nos dias 9 e 10 de dezembro de 1996. A versão atual procura, sem promover qualquer alteração de conteúdo no texto, tornar a leitura mais acessível aos não iniciados no tema, tomando-a menos árdua (promovendo mudanças na redação, alterando a ordem das seções e os títulos das seções e dos capítulos).

(²) Abramovay (1992, p. 32) alega, ainda, que a incapacidade desses trabalhos clássicos do marxismo para explicar a agricultura capitalista contemporânea é resultado de um descolamento do esforço teórico de Marx, evidenciado na ausência ou na insuficiência no tratamento da renda da terra para a explicação do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. A limitação de espaço, imposta pelas modernas revistas acadêmicas, frequentemente, produz um impasse entre a abrangência e a profundidade. A opção neste artigo, então, foi centralizar o debate na “agricultura familiar”, na “diferenciação do campesinato”, e na “bipolarização”, deixando o ponto da alegada desimportância da renda da terra nos escritos de Lênin e de Kautsky para ser tratado em outra oportunidade.

O presente artigo, baseado na tese de doutoramento de seu autor (Soares, 1992), tem por objetivo mostrar que Abramovay (1992) está fundamentado numa base conceitual equivocada, numa base empírica insuficiente e a agricultura moderna ali descrita pode ser extraída das obras clássicas de Lênin e de Kautsky³. O presente artigo, com isso, defende que "*Paradíguas do Capitalismo Agrário em Questão*" provou exatamente o oposto do que pretendia, pois forneceu subsídios para mostrar a atualidade dos textos clássicos do marxismo sobre o desenvolvimento da agricultura.

1 *Equívocos na Comprovação da Tese de Abramovay (1992)*

"*Paradíguas do Capitalismo Agrário em Questão*" sustenta que, ao contrário do previsto por Lênin e por Kautsky, a "*diferenciação do campesinato*" não deu origem a uma agricultura "*bipolarizada*" entre grandes corporações e proletariado rural, mas a uma "*agricultura familiar*", razão pela qual os textos clássicos do marxismo sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo não têm mais utilidade.

Neste capítulo será mostrado, em primeiro lugar, que, devido a uma compreensão inadequada do que é o processo de desintegração do campesinato, Abramovay (1992) não conseguiu provar a não existência de descamponização. Será mostrado, em seguida, que ele não conseguiu provar a irrelevância do trabalho assalariado para o que chamou de agricultura moderna⁽⁴⁾. Em outras palavras, neste capítulo será mostrado que o trabalho em tela não conseguiu questionar as obras de Lênin e de Kautsky, não só porque incorreu em equívocos conceituais mas, também, porque não chegou a uma comprovação empírica clara do ponto que queria mostrar.

1.1 "*Diferenciação*" versus "*Desintegração*" do campesinato

O primeiro ponto a registrar é que, ao que "*Paradíguas do Capitalismo Agrário em Questão*" chama de "*diferenciação do campesinato*", Lênin chamava de "*desintegração do campesinato*" ou "*descamponização*". Tem-se, aqui, não uma simples diferença de nomenclatura mas, uma profunda divergência conceitual. No clássico "*Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: a formação do mercado interno para a grande indústria*"⁽⁵⁾, Lênin afirmou que a maioria dos autores que trataram do tema considerava:

"... a desintegração do campesinato simples emergência de desigualdade entre as fortunas, simples 'diferenciação', como gostam de dizer os populistas

⁽³⁾ Registre-se que o presente texto não precisa concordar com a descrição da agricultura moderna feita em Abramovay (1992), necessita apenas mostrar que a agricultura ali descrita pode ser extraída das obras de Lênin e de Kautsky. O presente texto, conseqüentemente, para atingir seu objetivo, não precisa ampliar o repertório de autores que ajudariam a repor as posições clássicas do marxismo. Não precisa, igualmente, apresentar qualquer reflexão sobre as atuais relações e mútuas influências entre a estruturação da agricultura mundial e local. Não precisa, adicionalmente, considerar possíveis mudanças nas "leis" ou tendências frente às transformações econômicas e geo-políticas ocorridas ao longo do tempo. Tampouco precisa fazer qualquer referência à literatura produzida no Brasil nos anos setenta e oitenta. Tais sugestões, que só serviriam para diluir a força da contestação à premiada tese de Abramovay (1992), foram emitidas por um parecerista que em momento algum apontou qualquer erro teórico no presente texto. Elas serviram, no entanto, de fundamentação para o conselho editorial da Revista Brasileira de Ciências Sociais recusar a publicação da versão anterior deste artigo (apesar dela ter sido saudada pelo outro parecerista).

⁽⁴⁾ Conforme já referido, Abramovay (1992) também não conseguiu provar que sua descrição de agricultura moderna não pode ser explicada com o recurso às obras de Lênin, mas isso será aprofundado no próximo capítulo.

⁽⁵⁾ Esta obra é citada por Abramovay (1992) como fonte de referência para sua crítica a Lênin.

... É claro que o surgimento de desigualdade entre patrimônios é o ponto de partida de todo o processo, que em hipótese alguma se esgota nessa 'diferenciação'. O campesinato antigo não se 'diferencia' apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. ". (Lênin, 1982, p. 114, grifo nosso)

"A desintegração do campesinato provoca um desenvolvimento dos grupos extremos, em detrimento do campesinato 'médio', criando dois tipos novos de população rural, cujo denominador comum é o caráter mercantil, monetário da economia" (Lênin, 1982, p. 115, grifo nosso)

No texto acima citado, que foi escrito para debater com os populistas sobre o processo de penetração/desenvolvimento do capitalismo no campo, na Rússia, Lênin mostrou aos populistas russos como o triunfo da grande produção no campo estava promovendo a desintegração do campesinato (a descamponização) e criando o mercado para a produção capitalista. Contrariamente ao afirmado pelos populistas russos, que a ruína do campesinato, que o empobrecimento do "povo", estreitava o mercado interno e dificultava a expansão do capitalismo, Lênin afirmava que a descamponização significava a criação do mercado interno para a produção capitalista.:

"A transformação do pequeno produtor em operário assalariado pressupõe a perda dos seus meios de produção (terra, instrumentos de trabalho, oficina etc.) - ou seja, pressupõe seu 'empobrecimento', a sua 'ruína'. Sustenta-se que essa ruína 'reduz o poder de compra da população' e 'estreita o mercado interno' para o capitalismo ... essa conclusão é absolutamente falsa e somente os preconceitos românticos dos populistas explicam sua tenaz sobrevivência na nossa literatura econômica. Os defensores dessa tese esquecem que a 'liberação' de uma parte dos produtores dos meios de produção subentende, necessariamente, a passagem desses meios para outras mãos, sua conversão em capital, e que, por conseqüência, os novos proprietários desses meios produzirão sob a forma de mercadorias os produtos que, anteriormente, eram consumidos pelo próprio produtor - vale dizer: ampliam o mercado interno. Esquecem que a ampliação da produção pelos possuidores dos meios de produção coloca no mercado novas demandas de instrumentos, de matérias-primas, de meios de transporte etc., bem como de artigos de consumo (seu enriquecimento acarreta naturalmente o aumento do seu consumo). Esquecem que, para o mercado, o que importa não é o bem-estar do produtor, mas os seus meios pecuniários disponíveis; o declínio do bem-estar de um camponês patriarcal, que antes praticam uma economia predominantemente natural, é perfeitamente compatível com o aumento do volume de recursos pecuniários em suas mãos, pois quanto mais esse camponês se arruina mais é forçado a recorrer à venda de sua força de trabalho e tanto maior é a parte dos meios de subsistência (mesmo que sejam o mais exíguos) que ele deve adquirir no mercado ...

Do ponto de vista teórico abstrato, a ruína dos pequenos produtores na sociedade em que a economia mercantil e capitalista se desenvolve significa precisamente o oposto do que querem deduzir os Srs. V.V. e N-on; significa a criação e não a redução do mercado interno". (Lênin, 1982, p. 16)

A descamponização faz parte do processo de formação de uma economia capitalista porque: a) nos grupos inferiores do campesinato converte-se a força de trabalho em mercadoria; e, b) nos grupos superiores converte-se os meios de produção em capital. A desintegração do campesinato cria o mercado para a produção capitalista porque: a) com a conversão da força de trabalho dos grupos inferiores do campesinato em mercadoria cria um mercado para os bens de consumo; e, b) com a conversão dos meios de produção dos grupos superiores do campesinato em capital cria um mercado para os bens de produção:

"Por conseguinte, a transformação do campesinato em proletariado rural cria um mercado principalmente para os artigos de consumo, e a sua transformação em burguesia rural cria-o principalmente para os meios de produção. Noutros termos: nos grupos inferiores 'do campesinato', verifica-se a conversão da força de trabalho em mercadoria e, nos grupos superiores, a conversão dos meios de produção em capital. Essa dupla conversão fornece o processo de formação do mercado interno, que a teoria estabeleceu tratando dos países capitalistas em geral. Por isso, F. Engels escreveu que a fome de 1891 representava a criação de um mercado interno para o capitalismo. Essa tese é ininteligível para os populistas que, na ruína do campesinato, não vêem a transformação da economia patriarcal em economia capitalista, mas apenas o declínio da 'produção popular'" (Lênin, 1982, p. 108, grifo nosso)

O ponto a ser sublinhado é que a criação do mercado para a produção capitalista é, simultaneamente, a criação de dois tipos novos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista, cujo denominador comum é o caráter mercantil, monetário da economia - a burguesia rural, especialmente a pequena, e os operários agrícolas assalariados:

"Esses novos tipos são a burguesia rural (sobretudo a pequena burguesia) e o proletariado rural - a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados". (Lênin, 1982, p.114)

Sobre um dos novos tipos de população, a burguesia rural, Lênin assim se referiu:

" O primeiro desses tipos é a burguesia rural ou o campesinato rico englobando os cultivadores independentes (que praticam a agricultura mercantil sob todas as suas formas), os proprietários de estabelecimentos industriais-comerciais, de empresas comerciais etc. (...) Na maioria dos casos, as dimensões da exploração estão acima das possibilidades da força de trabalho da família; por isso, a formação de um contingente de operários agrícolas e, ainda mais, de diaristas, é condição indispensável da existência do campesinato rico (observe-se que o emprego do trabalho assalariado não é um componente obrigatório do conceito de pequena burguesia. Toda produção independente destinada ao mercado cai no seu âmbito, desde que, na estrutura social da economia existam as contradições descritas antes - item 2 das nossas conclusões -, em particular quando a massa dos produtores se transforma em operários assalariados). Os camponeses que investem o dinheiro disponível, obtido sob a forma de renda líquida nas operações comerciais e usuárias (sabe-se da extensão exagerada da usura em nossos campos), utilizam-se dele, em condições favoráveis, para comprar terras, melhorar seus estabelecimentos etc. Numa palavra, são pequenos proprietários agrícolas". (Lênin, 1982, p. 115, 116)

Sobre o outro tipo novo de população, o proletariado rural, Lênin assim se referiu:

"O outro tipo novo é o proletariado rural, a classe dos operários assalariados que possuem um lote comunitário. Esse tipo envolve o campesinato pobre, incluído aí o que não possui nenhuma terra. Mas o seu representante típico, entre nós, é o assalariado agrícola, o diarista, o peão, o operário da construção civil ou qualquer outro operário com um lote de terra. Eis os traços característicos do proletariado rural: possui estabelecimentos de extensão ínfima, cobrindo pedacinhos de terra e, ademais, em total decadência (cujo testemunho patente é a colocação da terra em arrendamento); não pode sobreviver sem vender sua força de trabalho (= 'ofícios' do camponês sem posses); seu nível de vida é extremamente baixo (provavelmente inferior ao do operário sem terra)". (Lênin, 1982, p. 116,)

O ponto relevante para o presente texto é que, de acordo com Lênin, o processo de formação da sociedade capitalista e de criação do mercado para a produção capitalista, não se constituía em simples diferenciação de fortunas, como era afirmado pelos populistas russos, mas num processo de destruição de velhos e criação de novos

personagens, típicos de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista, cujo denominador comum é o caráter mercantil, monetário da economia. Cabe, então, perguntar onde está a diferença fundamental entre o que acabou de ser ressaltado e a caracterização da “*agricultura familiar*” encontrada em “*Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*”?

“Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa. Apesar da base familiar comum, é intransponível a distância social entre um suinocultor da Comunidade Econômica Européia, cuja renda depende em última análise dos acordos estabelecidos em Bruxelas e uma família rural da Índia cuja reprodução social apóia-se em laços de dependência comunitária e cuja ligação com o mercado mistura-se com um conjunto de relações de pessoa a pessoa. ... A própria racionalidade da organização familiar não depende da família em si mesma, mas, ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve.” (Abramovay, 1992, p. 22-23)

“O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. (Abramovay, 1992, p. 131)

“...não é verdade que os fatos tenham desmentido as previsões dos clássicos marxistas: onde o capitalismo se implanta, onde o mercado começa a dominar a vida social, onde a racionalidade econômica toma conta dos comportamentos dos indivíduos, os laços comunitários acabam por perder seu poder agregador e os camponeses vêem esvanecerem-se as bases objetivas de sua própria reprodução social. ...Quando se diz que as previsões marxistas clássicas não se confirmaram, isto não significa que o campesinato tenha qualquer importância nestes países (Estados Unidos da América do Norte, Inglaterra e Comunidade Econômica Européia).” (Abramovay, 1992, p. 251)

O que Abramovay (1992) parece não compreender é que a desintegração da família camponesa não precisa ser a desintegração física dos membros dessa família, que a descamponização ocorre com a simples transformação no modo de ser daquela família, no seu critério de racionalidade e nas bases objetivas e simbólicas da sua reprodução social. Assim, o que ele imagina ser uma novidade, na realidade, já havia sido referido por Lênin.

Ao reconhecer que o campesinato não tem qualquer importância nos locais estudados e que ele foi substituído por novos tipos de população rural que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista, “*Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*”, ao invés de provar a inaplicabilidade ao momento atual, acabou fornecendo elementos para sustentar a atualidade dos textos de Lênin.

1.2 Agricultura “Familiar” versus “Capitalista”.

Abramovay (1992) sustenta que a agricultura moderna (capitalista) não está fundamentada no trabalho assalariado mas, na “*produção familiar*”, na “*agricultura familiar*”, uma produção agrícola na qual a contribuição do trabalho assalariado é irrelevante. Sustenta, ainda, que seu critério para a classificar como “*produção familiar*” é compatível com a produção teórica de Lênin:

“Radoje Nikolitch, pesquisador do United States Department of Agriculture, USDA (o Ministério da Agricultura) trabalhou com uma classificação que não poderia ser mais ‘leninista’: ‘o que define um estabelecimento familiar não é seu tamanho físico, nem seu volume de vendas ou o montante dos recursos ali

investidos e sim o grau em que a gestão e o trabalho no estabelecimento apóiam-se efetivamente na família e em seus membros. Ora, uma vez que, em média, a oferta de trabalho por parte da família norte-americana é de 1,5 equivalente-homem-ano, daí se pode deduzir que qualquer estabelecimento que requeira mais de três homem-ano para sua operação não poderá ser classificado como familiar.” (Abramovay, 1992, p. 140, grifo nosso)

Não é correto dizer que existe respaldo em Lênin para o uso do grau de intensidade do assalariamento como critério suficiente para caracterizar a produção como familiar ou como capitalista. Não é correto, em primeiro lugar, porque Lênin não via qualquer valor científico na conceituação de agricultura familiar. No clássico *“Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura”* ⁽⁶⁾, ele chamou à atenção que:

“a expressão ‘fundada no trabalho familiar’ não possui qualquer sentido político-econômico, e induz indiretamente ao erro. Ela carece de sentido porque, em cada uma das formas sociais que a economia pode assumir, o pequeno agricultor ‘trabalha’, seja a época em que ele vive caracterizada pela escravidão, servidão ou capitalismo. A expressão ‘fundada no trabalho familiar’ é um termo vazio, uma frase declamatória sem qualquer conteúdo, que contribui para confundir as mais diversas formas sociais da economia,” (Lênin, 1980, p. 17-18, grifo nosso).

É inimaginável, portanto, que Lênin associasse o grau de assalariamento a um termo vazio, a uma frase declamatória etc.

Não é correto dizer que existe respaldo em Lênin para o uso do grau de intensidade do assalariamento como critério suficiente para caracterizar a produção como familiar ou como capitalista, em segundo lugar, porque, conforme já mostrado na seção anterior, Lênin chamava a atenção que o assalariamento não é um componente obrigatório do conceito de pequena burguesia”:

“...observe-se que o emprego do trabalho assalariado não é um componente obrigatório do conceito de pequena burguesia. Toda produção independente destinada ao mercado cai no seu âmbito, desde que, na estrutura social da economia existam as contradições descritas antes - item 2 das nossas conclusões -, em particular quando a massa dos produtores se transforma em operários assalariados). Os camponeses que investem o dinheiro disponível, obtido sob a forma de renda líquida nas operações comerciais e usuárias (sabe-se da extensão exagerada da usura em nossos campos), utilizam-se dele, em condições favoráveis, para comprar terras, melhorar seus estabelecimentos etc. Numa palavra, são pequenos proprietários agrícolas”. (Lênin, 1982, p. 115-116, grifo nosso)

O mais importante para a caracterização da existência de uma pequena burguesia não é o assalariamento, mas a sua subordinação ao mercado, a produção para o mercado e o consumo obtido no mercado, o conflito de interesses, a concorrência e as tendências centralizadoras. Isso é extraído da combinação do trecho acima reproduzido com dois itens das conclusões, ali citadas:

“1) A situação econômica e social em que hoje se insere o campesinato russo é a da economia mercantil. Mesmo na região agrícola central (que, sob esse aspecto e comparada às regiões periféricas do sudeste e às províncias industriais, é a mais atrasada), o camponês está inteiramente subordinado ao mercado: depende dele tanto para seu consumo pessoal como para sua atividade, sem falar dos impostos.

⁽⁶⁾ Esta obra é citada por Abramovay (1992) como fonte de referência para sua crítica a Lênin.

2) O sistema de relações econômicas e sociais entre o campesinato (agrícola e comunitário) mostra a existência de todas as contradições próprias de qualquer economia mercantil e de qualquer capitalismo: a concorrência, a luta pela independência econômica, o açambarcamento da terra (comprada ou arrendada), a concentração da produção por uma minoria que detém o capital comercial e emprega operários agrícolas. Não há nenhum fenômeno econômico no campesinato que não apresente essa forma contraditória exclusivamente própria do sistema capitalista, isto é, que não traduza a luta e a divergência de interesses, não redunde em mais para uns e menos para outros. É o que se dá no arrendamento, nas compras de terras e nas 'oficinas' com seus tipos diametralmente opostos; é o que se dá, ainda, no progresso técnico do estabelecimento agrícola". (Lênin, 1982, p. 112-113, grifo nosso)

Entende-se, assim, porque Lênin, ao estudar o desenvolvimento do capitalismo na agricultura norte-americana⁽⁷⁾, além dos gastos com a contratação de mão-de-obra, considerou os gastos com fertilizante e com instrumentos e máquinas, o tipo de produto que gerava a principal fonte de renda e o valor da produção da "farm". Registre-se, ainda, que, nesse trabalho de Lênin, o fator considerado não foi o número de operários contratados, mas o valor dos gastos com a contratação dos operários (Lênin, 1980).

Não é correto dizer que existe respaldo em Lênin para o uso do grau de intensidade do assalariamento como critério suficiente para caracterizar a produção como familiar ou como capitalista, em terceiro lugar, porque a afirmativa de que só existe capitalismo agrícola com a existência de operários despojados de qualquer pedaço de terra é uma trivialização da teoria. Uma trivialização porque desconsidera as restrições para a penetração do capitalismo no campo:

"Acrescentemos, porém, que, na nossa literatura, a tese segundo a qual o capitalismo necessita de operários livres e sem terra é frequentemente compreendida de forma demasiado trivial. Isso é perfeitamente verdadeiro enquanto tendência básica, mas o capitalismo penetra na agricultura de maneira particularmente lenta e toma formas muito variadas". (Lênin, 1982, p. 116)

Abramovay (1992), portanto, erra duas vezes: 1) ao reduzir o desenvolvimento do capitalismo no campo à intensidade ao uso de mão-de-obra assalariada; e, 2) ao dizer que isso é compatível com Lênin.

"Paradígmata do Capitalismo Agrário em Questão" não pode ser reduzido a uma obra simplesmente equivocada. Ela expressa claramente um determinado caminho teórico que foi asperamente criticado por Lênin, chamando a atenção que a expressão "agricultura familiar" não passa de uma forma sub-reptícia de negação da ocorrência de um vigoroso processo de expansão do capitalismo na agricultura. O recurso a tal expressão é uma tentativa de afirmar a possibilidade de uma evolução não-capitalista da agricultura dentro da sociedade capitalista:

"No fascículo de junho de 1913 da revista Zaviéty o Sr. Guimmer citou alguns dados do último recenseamento, o décimo terceiro, realizado em 1910, e se serviu dele para retomar mais uma vez uma afirmação bastante popularizada e profundamente burguesa, tanto por sua base teórica quanto por seu significado político: que 'nos Estados Unidos a imensa maioria das propriedades agrícolas é constituída de explorações fundadas no trabalho familiar'; que 'nas regiões mais desenvolvidas o capitalismo agrícola se decompõe'; que, 'na imensa maioria das localidades do país', 'a pequena agricultura fundada no trabalho familiar estende o campo de sua dominação'; que, precisamente 'nas regiões de agricultura mais antiga e mais elevado grau de desenvolvimento econômico', 'a agricultura capitalista se desagrega, a produção torna-se parcelária e se reduz'; que 'já não existem regiões onde o processo de colonização não ocorra e onde a agricultura capitalista não esteja em vias de decomposição e não esteja sendo substituída pela agricultura baseada no trabalho familiar', etc., etc." (Lênin, 1980, p. 1 e 2).

O caminho de Abramovay (1992), especificamente, é uma variante daquele que foi tão asperamente criticado por Lênin. "*Paradígmata do Capitalismo Agrário em Questão*" não tenta negar o desenvolvimento da capitalista da agricultura mas que ele foi "inédito":

"Quando se diz que as previsões marxistas clássicas não se confirmaram ... Significa sim que, tanto por seu papel na reprodução social e econômica, quanto em virtude das particularidades naturais da agricultura (tão pouco estudadas pelos clássicos marxistas), o desenvolvimento capitalista contemporâneo a baseia-se sobre uma forma social inédita e que é o próprio eixo de seu processo de modernização" (Abramovay, 1992, p. 251, grifo nosso);

Esse desenvolvimento é "inédito" porque o trabalho assalariado é irrelevante na agricultura moderna:

"É excessivamente fácil mostrar que as 'previsões' tanto de Lênin, como as de Kautsky, na maior parte dos casos, não se realizaram. O processo de diferenciação social dos produtores não progrediu de maneira a ampliar a quantidade de trabalhadores assalariados no campo. ... É impossível afirmar que a sobrevivência da produção familiar no capitalismo contemporâneo seja explicável pela miséria do produtor." (Abramovay, 1992, p. 47, grifo nosso) ⁽⁸⁾

Para provar a tese da irrelevância do trabalho assalariado na agricultura moderna, Abramovay (1992), recorre a alguns trabalhos contendo diferentes definições de "produção familiar". Assim, ele inicialmente define "produção familiar" como aquela obtida no estabelecimento agrícola que assalaria menos de três homens-ano (Abramovay, 1992, p. 140). Ele em seguida a define como aquela obtida no estabelecimento que assalaria até quatro trabalhadores permanentes por ano (Abramovay, 1992, p. 140). Ele a define, também, como aquela obtida no estabelecimento em que o tempo de trabalho da família é menor que o tempo de trabalho dos assalariados (Abramovay, 1992, p. 143). Ele a define, ainda, como aquela em que os membros estão relacionados por parentesco ou casamento, a propriedade dos negócios é usualmente combinada com controle gerencial e o controle é transmitido de uma geração para outra dentro da mesma família (Abramovay, 1992, p. 166).

Apesar desse esforço, o resultado empírico alcançado por "*Paradígmata do Capitalismo Agrário em Questão*" é duvidoso pois não pode deixar de registrar, para o caso dos Estados Unidos da América, que:

⁽⁸⁾ Lênin (1980, p. 2) sustenta que a teoria do desenvolvimento não-capitalista da agricultura "não passa de uma ilusão, um sonho no qual se embala toda a sociedade burguesa" e que essa "teoria" devia ser desmistificada: "todas essas afirmações são monstruosamente falsas e contrárias à realidade. Elas constituem tão-somente uma caricatura da verdade. ... O Sr. Guimier não é o primeiro a fazê-las, nem é o autor fortuito de um artigo fortuitamente publicado numa revista, mas sim um economista renomado que representa a tendência burguesa mais democrática, a mais à esquerda do pensamento social russo e europeu. ... não se trata de concepções pessoais suas, nem de seus erros pessoais, mas sim da expressão - exposta nos termos mais democráticos, adornadas por uma fraseologia pseudo-socialista de concepções comuns a toda burguesia, a que aderem com muita facilidade, nos marcos da economia capitalista, tanto o professor burocrata que segue caminhos já trilhados, quanto o pequeno agricultor um pouco mais ilustrado que milhões de seus semelhantes". A associação com Abramovay (1992) é evidente. Existe, portanto, além da justificativa acadêmica, uma justificativa política para o presente texto, que obriga a uma referência a Lukács: "a função do marxismo ortodoxo - superação do revisionismo e do utopismo - não é a liquidação, de uma vez por todas, de falsas tendências, mas sim uma luta incessantemente renovada contra a influência corruptora de formas do pensamento burguês sobre o pensamento do proletariado. Esta ortodoxia não é guardiã de tradições, mas a sentinela avançada e anunciadora da relação entre o momento presente e suas tarefas com referência à totalidade do processo histórico" (Lukács, 1992, p. 86).

"Não há dúvida de que o assalariamento aumenta como proporção do trabalho total e que ele se concentra cada vez mais nos maiores estabelecimentos." (Abramovay, 1992; p. 152);

"Nos Estados Unidos, por exemplo, enquanto o auto-emprego e a atividade familiar não remunerada caíram, como proporção do emprego total, de 50,5% para 16,9%, entre 1900 e 1960, este declínio na agricultura, no mesmo período, foi de 78,5% para 67,4% ..." (Abramovay, 1992, p. 209);

nem deixar de registrar que, no caso da Grã-Bretanha, em 1983, num total de 186 mil unidades produtivas existentes, *"metade dos assalariados estão concentrados em apenas 9.000 estabelecimentos"* (Abramovay, 1992, p. 169).

Em suma, Abramovay (1992) não levou a argumentação de Lênin ao limite e mostrou sua inaplicabilidade aos tempos modernos. *"Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão"* apenas buscou respaldo empírico para um velho argumento oposto ao de Lênin; restringiu-se a buscar respaldo empírico para uma tese fundamentada numa compreensão inadequada da base teórica de Lênin.

Ao reconhecer que o assalariamento aumenta como proporção do emprego total, concentrando-se cada vez mais nos maiores estabelecimentos, que o auto-emprego e a atividade familiar declina como proporção do emprego total, ao não conseguir provar a irrelevância do trabalho assalariado na agricultura moderna (capitalista), Abramovay (1992), mais uma vez, ao invés de provar a inaplicabilidade de Lênin ao momento atual, acabou fornecendo elementos para sustentar a atualidade dos seus textos.

2 Fundamentação teórica para o entendimento do que Abramovay (1992) chamou de "agricultura moderna"

A tese defendida em Lênin (1980) é que, ao contrário do alegado pelos *"professores burgueses"*, pelos *"democratas burgueses"*, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura norte-americana não negava os ensinamentos de Marx sobre a penetração do capitalismo no campo. A tese defendida em Lênin (1982) é que, ao contrário do alegado pelos *"populistas"*, o desenvolvimento do capitalismo na Rússia não estava sendo impedido pela *"produção popular"*. A tese defendida em Lênin (1981) é que, ao contrário do alegado pelos críticos, era enorme o poder explicativo do texto de Kautsky. A combinação dos ensinamentos contidos nesses textos fornece a base para explicar a configuração e a dinâmica da agricultura moderna tal como exposta em *"Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão"*.

2.1 Lênin e a superioridade da grande produção capitalista (Lênin, 1981)

O texto escrito para defender o livro de Kautsky⁽⁹⁾, das críticas feitas por Bulgákov, começa elogiando o tratamento dado ao tema agricultura moderna⁽¹⁰⁾. Kautsky não só classificou acertadamente a agricultura moderna como capitalista:

"No capítulo V (O Caráter Capitalista da Agricultura Moderna), Kautsky expõe a teoria de Marx sobre o valor, o lucro e a renda. 'Sem dinheiro, ou, o que é o mesmo, sem capital - diz Kautsky - é impossível a produção agrícola moderna."

⁽⁹⁾ Esta obra é citada por Abramovay (1992) como fonte de referência para sua crítica a Lênin.

⁽¹⁰⁾ No clássico *"Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia"*, Lênin classifica o livro de Kautsky, *"A Questão Agrária"* como o mais notável acontecimento da literatura econômica moderna, depois do Livro Terceiro da obra intitulada *O Capital*, de autoria de Karl Marx.

Com efeito, com o atual modo de produção, qualquer soma de dinheiro que não é destinado ao consumo individual pode converter-se em capital, isto é, em valor que cria mais-valia; e via de regra realmente transforma-se em capital. A produção agrícola moderna é, por conseguinte, capitalista' (p.56)" (Lênin, 1981, p. 87);

como descreveu acertadamente a revolução na agricultura que foi promovida pelo capitalismo :

"Este capítulo nos oferece um esboço extraordinariamente claro, conciso e cabal da gigantesca revolução levada a cabo na agricultura pelo capitalismo, ao converter o rotineiro ofício de camponeses humilhados pela miséria e esmagados pela ignorância em aplicação científica da agronomia, ao interromper o marasmo secular da agricultura e ao imprimir (e continuar imprimindo) um impulso ao rápido desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. O sistema de três campos foi substituído pela rotação das culturas, melhoraram a criação de gado e o trabalho da terra, aumentaram as colheitas e tomou grande desenvolvimento a especialização da agricultura, a divisão do trabalho entre as múltiplas explorações. A uniformidade pré-capitalista foi substituída por uma diversidade cada vez maior, acompanhada pelo progresso técnico de todos os ramos da agricultura. Iniciou-se e se desenvolveu rapidamente a mecanização da agricultura, a aplicação do vapor; começa-se a utilizar a eletricidade, que na opinião dos especialistas virá a desempenhar um papel mais importante que o vapor neste setor da produção. Desenvolveram-se a construção de caminhos de acesso, os trabalhos de melhoramento do solo e o emprego de fertilizantes em consonância com os dados proporcionados pela fisiologia vegetal; começou-se a aplicar a bacteriologia à agricultura" (Lênin, 1981, p. 85 e 86, grifo nosso).

O motor dessa revolução levada a cabo na agricultura é a concorrência. A concorrência leva à especialização que, leva ao crescimento das cidades que, expande o mercado e a demanda para a produção agrícola:

"Kautsky assinala com exatidão o nexo que liga esta revolução ao crescimento do mercado (em particular ao crescimento das cidades), à subordinação da agricultura à concorrência que impôs a transformação da agricultura e sua especialização" (Lênin, 1981, p. 86).

A concorrência leva à especialização que, por sua vez, leva à grande produção. O capitalismo cria a possibilidade da grande produção agrícola, uma produção superior à pequena produção. Superior porque é mais racional do ponto de vista técnico:

"O Capitalismo cria, pela primeira vez, a possibilidade da grande produção agrícola, mais racional do ponto de vista técnico que a pequena produção. Ao referir-se às máquinas agrícolas, Kautsky (o qual, diga-se de passagem, aponta com precisão as particularidades da agricultura neste aspecto) deixa claro o caráter capitalista de seu emprego, sua influência sobre os trabalhadores, seu significado como fator de progresso, a 'utopia reacionária' dos projetos referentes à limitação do uso da maquinaria agrícola. 'As máquinas agrícolas prosseguirão seu trabalho transformador, empurrarão os operários agrícolas para as cidades, servindo assim de poderoso instrumento para elevar os salários no campo, por um lado e, por outro, para continuar estimulando a aplicação das máquinas na agricultura' (Kautsky, 1980, p. 41). Agreguemos a isto que Kautsky explica detalhadamente, em capítulos especiais, o caráter capitalista da agricultura moderna, a relação entre a grande produção e a pequena, e a proletarianização do campesinato" (Lênin, 1981, p. 86-87, grifo nosso).

A superioridade da grande produção é um fenômeno típico do capitalismo e torna-se tão mais evidente quanto mais desenvolvido for esse modo de produção:

"Kautsky conduz-se muito acertadamente ao investigar o problema da correlação entre a grande produção agrícola e a pequena, quando as demais condi-

ções são iguais, na economia capitalista. Na primeira frase do primeiro item do capítulo VI, Kautsky já aponta claramente esta relação entre o nível de desenvolvimento do capitalismo e o grau de aplicação geral da lei que estabelece a superioridade da grande produção agrícola: 'Quanto mais capitalista se torna a agricultura, tanto maior é a diferença qualitativa que se estabelece entre a técnica da pequena e da grande produção'... Na agricultura pré-capitalista inexistia tal diferença qualitativa" (Lênin, 1981, p. 92 e 93, grifo nosso).

Várias são as vantagens da grande produção agrícola em relação à pequena produção agrícola - menor perda de superfície, maior possibilidade de usar máquinas, maior aproveitamento dos instrumentos de trabalho, capacidade para a contratação de administradores preparados cientificamente, maior acesso ao crédito e superioridade comercial:

"A superioridade da agricultura em grande escala não apenas consiste em uma menor perda de superfícies cultiváveis, na economia de gado de trabalho e apetrechos de lavrar, no mais pleno aproveitamento de ambos, em maiores possibilidades de utilizar máquinas, num maior acesso ao crédito, mas também na superioridade comercial das grandes explorações e no emprego por elas de administradores dotados de uma preparação científica (Kautsky, p. 104). A agricultura baseada em grandes fazendas recorre em medida maior à preparação agrônômica, científica da agricultura. 'A única exploração capaz de manter um administrador bem preparado cientificamente é a que tem uma extensão suficiente para ocupar toda a força de trabalho da pessoa encarregada da direção e vigilância da produção' (p.98) 'esta extensão varia de acordo com o tipo de produção', de 3 hectares para a viticultura até 500 para as explorações extensivas" (Lênin, 1981, p. 97).

Em suma, o crescimento das cidades, a subordinação da produção ao mercado a à concorrência, levam à especialização e à grande produção (mais racional sob os pontos de vistas técnico e comercial), promovendo uma revolução no campo.

2.2 Lênin e o desenvolvimento da agricultura norte-americana (Lênin, 1980)

Lênin, no texto sobre a agricultura norte-americana, mostrou que a afirmativa de que, nos EUA, o capitalismo no campo estava se decompondo em razão da expansão da agricultura "fundada no trabalho familiar", continha vários erros. Desde logo, como foi mostrado no capítulo anterior, continha o erro de usar uma expressão vazia de conteúdo. Continha, também, o erro de afirmar que o que estava se decompondo era o capitalismo no campo. Continha, ainda, o erro de afirmar que a agricultura que se expandia não estava fundada no assalariamento.

Em relação ao erro de identificar latifúndio com capitalismo, Lênin escreveu:

"Classificaremos como latifúndios as farms que contam com 1000 acres e mais de terra. Em 1910, sua percentagem nos Estados Unidos era de apenas 0,8% (50.135 farms), e elas ocupavam 167,1 milhões de acres, ou seja, 19% da superfície total, representando uma média de 3.332 acres por latifúndio. A percentagem das terras cultivadas nos latifúndios é de apenas 18,7%, enquanto que para o conjunto das explorações agrícolas ela é de 54,4%. Precisemos que é o Norte capitalista que conta com o menor número de latifúndios: 0,5% do número total das farms, com 6,9% da superfície total e com a proporção de terra cultivada elevando-se a 41,1%. É no Oeste que o número dos latifúndios é mais elevado: 3,9% do número total de farms, com 48,3% da superfície total; aí a percentagem de terra cultivada é de 32,2%. A mais elevada percentagem de terra não cultivada é encontrada nos latifúndios do antigo Sul escravista, que representam 0,7% do número total de farms e ocupam 23,9% da superfície total; apenas 8,5% das terras são cultivadas nestes latifúndios!! Assinale-se que estes dados detalhados mostram, com muita clareza, a que ponto é injustificado classificar os latifúndios dentro da economia

capitalista, como se faz com freqüência, sem a preocupação em analisar, de forma especial, os dados relativos a cada país e a cada região". (Lênin, 1980, p. 16, grifo nosso)

A enorme ociosidade das terras, segundo Lênin, mostrava a impropriedade de classificar essas propriedades como capitalistas. O mais adequado era classificá-las como pré-capitalistas:

"O exemplo americano mostra-nos com evidência como seria imprudente confundir os latifúndios com a agricultura capitalista em grande escala, pois, com muita freqüência, os latifúndios constituem uma sobrevivência de relações pré-capitalistas: escravistas, feudais ou patriarcais" (Lênin, 1980, p. 42).

Lênin discordava dos que diziam que as sobrevivências escravistas, feudais ou patriarcais não estavam presentes nos EUA, dos que diziam que os EUA nunca conheceram o feudalismo. A razão para essa discordância está em que *"as sobrevivências econômicas do escravismo não se distinguem em nada das do feudalismo, e são ainda mais fortes, até o presente, no antigo sul escravista"*. Além do mais, dizia Lênin, a base econômica sob a qual repousava e crescia a superestrutura norte-americana era *"uma base tipicamente russa, cem por cento russa, a do sistema de pagamento em trabalho, ou mais precisamente, da parceria"* (Lênin, 1980, p. 10):

"O número de farmers pertencentes aos negros alcançava, em 1910, 920.883, ou seja, 14,5% do total. Do número total de farmers, 37% eram arrendatários e 61,1% proprietários; os 0,9% dos farmers restantes estavam em mãos de administradores. Entre os brancos, a percentagem de arrendatários é 39,2% enquanto entre os negros ela é de 75,3%! Na América o farmer negro típico é o arrendatário. No Oeste, a percentagem de arrendatários não ultrapassa 14%: é a região de colonização, a região das terras novas, livres, o Eldorado (um Eldorado efêmero e frágil) do pequeno 'agricultor independente'. No Norte, a percentagem de arrendatários é de 26,5%; no Sul, de 49,6%.

Mas isto não é tudo. Não tratamos aqui de arrendatário no sentido europeu, civilizado, capitalista e moderno da palavra. Estamos sobretudo na presença de parceiros semifeudais, ou de uma espécie de semi-escravos, o que é a mesma coisa do ponto de vista econômico. No Oeste 'livre', os parceiros constituem minoria entre os arrendatários (25.000 em 53.000). No Velho Norte, há muito povoado, em 766.000 arrendatários, 483.000 são parceiros, ou seja, 63%. No sul, em 1.537.000 arrendatários, é possível enumerar 1.021.000 parceiros, isto é 66%" (Lênin, 1980, p. 11, grifo nosso).

Lênin insiste na existência de sobrevivências pré-capitalistas e enfatiza o traço semifeudal da agricultura na região do sul dos EUA:

"No capítulo 12 do texto explicativo que acompanha o recenseamento de 1910, os estatísticos americanos fornecem detalhes sobre as plantations típicas do Sul, tais como elas se apresentam em nossos dias e não nos tempos de escravidão. Nas 39.073 plantações, existem 39.073 landlords farms ('fazendas do senhor'), e 398.905 explorações de arrendatários. O que corresponde, em média, a 10 arrendatários por 'latifúndio' ou 'landlord'. A extensão média de uma plantação é de 724 acres, dos quais apenas 405 são cultivados: mais de 300 acres por plantação não são cultivados; não é uma reserva modesta para que os senhores escravistas de ontem possam ampliar seus planos de exploração amanhã...

A distribuição da terra de uma plantação média é a seguinte: a 'farm do grande proprietário ou senhor' estende-se por 331 acres, dos quais 87 são cultivados. As farms dos 'arrendatários', ou seja, os lotes dos parceiros negros, que trabalham como antes para o lord e sob sua vigilância, possuem em média 38 acres de terra, dos quais 31 são cultivados" (Lênin, 1980, p. 16).

Para Lênin, a passagem do escravismo para a parceria, nos EUA, foi um processo comandado pelo capital que, destruiu o escravismo e restabeleceu-o sob uma forma renovada, a parceria:

"Há meio século o capital destruiu o escravismo, para restabelecê-lo agora sob uma forma renovada, a da parceria" (Lênin, 1980, p. 82).

Esclarecido que não é correto identificar latifúndio com capitalismo, fica claro que a diminuição do tamanho médio das propriedades rurais no sul do país não revelava a decomposição do capitalismo mas, a do latifúndio:

"Os antigos proprietários de escravos do sul, que possuem imensos latifúndios onde mais de 9/10 da terra permanece inculta até o presente, começam gradativamente, à medida que cresce a população e a demanda de algodão, a vender estas terras aos negros, ou mesmo, o que é mais freqüente, a distribuí-las em parcelas em troca da metade da colheita. (De 1900 a 1910, o número dos farmers detentores da propriedade integral de toda a sua terra passou de 1.237.000 a 1.239.000, ou seja, um aumento de 7,5%, enquanto o número de parceiros passou de 772.000 a 1.021.000, ou sejam um aumento de 32,2%) e ainda encontramos um economista para qualificar este fenômeno como 'decomposição do capitalismo'..." (Lênin, 1980, p. 16).

Em suma, o que estava ocorrendo na agricultura sulista norte-americana no início do século XX era a:

"passagem dos latifúndios escravistas, incultos em 9/10, à pequena agricultura mercantil. Não à agricultura 'fundada no trabalho familiar' - como gostam de afirmar o Sr. Guimmer, os populistas e todos os economistas burgueses, que entoam hinos em glorificações do 'trabalho' - mas à agricultura mercantil". (Lênin, 1980, p. 17).

O desenvolvimento da pequena agricultura mercantil era um fenômeno evidente:

"Que o desenvolvimento da agricultura no Sul corresponde precisamente ao da agricultura mercantil e o que demonstra o caráter do principal produto do Sul, o algodão (quarenta e dois por cento do valor das colheitas) ... Além disto, na principal região do sul, o 'Atlântico Sul', desenvolveu-se uma produção de tabaco de grande importância (12,1% do valor global da colheita do Estado da Virgínia), de legumes (20,1% do valor global da colheita do Estado de Delaware, 23% do Estado da Flórida), de frutas, (21,3% do valor global da colheita do Estado da Flórida), etc. São todas culturas correspondentes a uma intensificação da agricultura, a um acréscimo do volume econômico da exploração paralelamente a uma redução da superfície cultivada e uma utilização crescente do trabalho assalariado" (Lênin, 1980, p. 18).

Mais relevante ainda era o fato de que a desagregação do latifúndio e sua transformação em pequena agricultura mercantil nos EUA não era um fenômeno restrito à região Sul:

"No Sul como no Oeste produz-se uma divisão, um desmembramento dos latifúndios" (Lênin, 1980, p. 42);

"No Sul, a pequena agricultura mercantil desenvolve-se às expensas dos latifúndios, estes em desagregação no Oeste, ocorre o mesmo processo, mas uma desagregação mais lenta dos latifúndios mais vastos, e que não possuem um caráter escravista, mas de pecuária extensiva e de valorização pelo 'primeiro ocupante' (Lênin, 1980, p. 43).

A única região onde essa transformação na agricultura não ocorria era a região Norte, pela simples razão de que lá não existiam latifúndios:

"No Norte, não existem latifúndios escravistas nem 'primitivos', não ocorre sua desagregação, e as pequenas farms não se reforçam às expensas das grandes" (Lênin, 1980, p. 43).

Em suma, o principal objetivo do livro de Lênin sobre a agricultura norte-americana era mostrar a desagregação do latifúndio e a passagem à agricultura mercantil, mostrando exatamente o contrário do que afirmavam o Sr. Guimmer, os populistas e os economistas burgueses.

Lênin, nesse texto escrito sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura norte-americana, mostrou, também, que a passagem da agricultura natural para a agricultura mercantil, promovia a redução no tamanho médio da superfície das unidades produtivas e a expansão do assalariamento.

No que refere-se à redução no tamanho médio das superfícies das unidades produtivas, Lênin explica que ela ocorria, em primeiro lugar, porque o desenvolvimento da agricultura mercantil não consiste no crescimento da produção dos mesmos produtos e sim numa alteração na composição da produção - redução da importância da produção de feno e de cereais e aumento da participação da produção de legumes:

"Quanto ao desenvolvimento da agricultura mercantil, ele não segue, de forma alguma, a via 'simples' imaginada ou suposta pelos economistas burgueses, e que consistiria no crescimento da produção dos mesmos produtos. Não. O desenvolvimento da agricultura mercantil consiste, com maior frequência, na passagem de uma determinada produção à outra. A passagem da produção do feno e dos cereais à dos legumes insere-se precisamente nestas transformações em curso" (Lênin, 1980, p. 69, grifo nosso).

A mudança na composição da produção, passagem da produção de feno e cereais para a de legumes, era resultado da alteração na composição da demanda, produto do desenvolvimento do capitalismo nas cidades:

"... Em todos os países capitalistas o desenvolvimento das cidades, fábricas, cidades industriais, terminais ferroviários, portos etc., provoca uma demanda crescente de produtos deste gênero (legumes), faz subir seus preços, aumenta o número de empresas agrícolas que os produzem para a venda" (Lênin, 1980, p. 68).

A técnica de produção desses produtos, que ganham importância com o desenvolvimento do capitalismo nas cidades, requer uma dimensão menor das propriedades:

"A exploração hortigranjeira média possui uma superfície cultivada três vezes menor que a da 'farm' 'comum', que retira sua renda sobretudo do feno e dos cereais: a primeira é de 33,8 acres, a segunda de 111,1. O que significa que uma determinada técnica, para um determinado tipo de acumulação de capital na agricultura, requer dimensões menores, quando se trata de uma 'farm' hortigranjeira" (Lênin, 1980, p. 69).

As novas unidades produtivas, no entanto, apesar de menores em superfície, têm um volume de produção, gastos com mão-de-obra, com adubos, com instrumentos e máquinas, muito maiores que nas antigas unidades produtivas:

"A produção da antiga 'farm' era de 760 dólares (valor médio dos produtos, deduzidos os que servem para alimentar o gado), numa 'farm' cuja renda principal é obtida do feno e cereais. A produção de cada nova 'farm' é 665 dólares. O que perfaz um total de $665 \times 3 = 1995$ dólares, ou seja, mais do dobro ...

A média de gastos com mão-de-obra, que era de 76 dólares na antiga 'farm', eleva-se a 106 dólares na nova, ou seja, um aumento próximo da metade, enquanto a superfície se reduz em mais de três vezes. As despesas com adubos passam de 0,04 dólares por acre a 0,59 dólares, aumentado de quase 15 vezes; o valor dos instrumentos e máquinas dobrou, passando de 1,04 a 2,12 dólares" (Lênin, 1980, p. 69, grifo nosso).

No que se refere à expansão do assalariamento, que acompanhava a transição da agricultura natural (do latifúndio) para a agricultura mercantil, na agricultura norte-

americana, Lênin enfatiza os dados censitários. Comparando-se os censos de 1900 e de 1910, observa-se que os dados registram um crescimento de 11,2% na população total dos EUA; um crescimento de 16% no número de pessoas empregadas na agricultura; um crescimento de 5% no número de "farmers", um crescimento no número de operários assalariados, de 27% quando se considera apenas os operários assalariados profissionais e de 48% quando se considera todos os casos de mão-de-obra assalariada (assim distribuída por região: 40% no norte; 50% no sul; 66% no oeste), e; um crescimento de 58% nos gastos com mão-de-obra assalariada por acre de terra.

Em suma, o objetivo do texto escrito por Lênin sobre o desenvolvimento da agricultura nos EUA, foi mostrar que não estava ocorrendo uma negação das leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Lênin mostrou que a expansão da chamada agricultura "familiar", na realidade, era a expansão da agricultura mercantil, caracterizada por um tamanho menor de estabelecimentos mas com um maior gasto com assalariamento, maior uso de adubos, de instrumentos e máquinas, com maior aplicação da ciência à produção etc.

2.3 Lênin e o crescimento da população industrial às expensas da população agrícola (Lênin, 1982)

O trabalho clássico intitulado "*O Desenvolvimento Do Capitalismo Na Rússia: O Processo De Formação Do Mercado Interno Para A Grande Indústria*" dedica o primeiro capítulo para apresentar os erros teóricos dos populistas. A primeira seção desse capítulo mostra que a divisão social do trabalho é a base do processo de desenvolvimento da economia mercantil e do capitalismo. A seção seguinte mostra o crescimento da população industrial às expensas da população agrícola. Essa organização do capítulo já deixa clara a ligação entre os dois temas: a divisão social do trabalho, base da economia mercantil e do capitalismo, produz um crescimento da população industrial às expensas da população agrícola.

Quando a produção mercantil é pouco desenvolvida, a população residente no campo não se limita a trabalhar na agricultura. A produção da sobrevivência exige que ela exerça tarefas agrícolas e tarefas industriais. Com a expansão da divisão social do trabalho e das trocas, uma parcela cada vez maior da população rural afasta-se da agricultura e passa a exercer atividades puramente industriais. O desenvolvimento da divisão social do trabalho e, por conseguinte, da produtividade do trabalho, faz com que seja cada vez menor a quantidade de trabalho necessária para explorar o mesmo pedaço de terra e obter a mesma quantidade de produto. Resulta daí um crescimento mais rápido da população empregada na indústria do que a empregada na agricultura ou, nas palavras de Lênin, um crescimento da população industrial às expensas da população agrícola:

"A população de um país de economia mercantil pouco desenvolvida (ou totalmente atrasada) é quase exclusivamente agrícola; não obstante, isso não significa que ela só se dedique à agricultura: significa apenas que a própria população ocupada na agricultura transforma os produtos agrícolas, que quase não há troca e divisão do trabalho. O desenvolvimento da economia mercantil significa: eo ipso, que uma parte cada vez maior da população se afasta da agricultura, ou seja, que a população industrial cresce às expensas da população agrícola." (Lênin, 1982, p. 15, grifo nosso)

A menor necessidade de trabalho para explorar o mesmo pedaço de terra e obter a mesma quantidade de produto faz com que, diferentemente do caso da indústria, o crescimento da relação entre o capital constante e o capital variável, na agricultura, ocorra com um aumento absoluto do capital constante e uma diminuição absoluta do capital variável:

'A natureza do modo de produção capitalista implica uma constante diminuição da população agrícola em relação à população não-agrícola, tendo em vista que na indústria (em sentido restrito) o crescimento do capital constante face ao capital variável conecta-se ao crescimento absoluto deste último, apesar da sua redução relativa, ao passo que na agricultura o capital variável necessário à exploração de um pedaço de terra determinada diminui de forma absoluta; por conseguinte, ele só pode crescer quando novas terras são exploradas, e que mais uma vez pressupõe um crescimento ainda maior da população não agrícola' (Karl Marx, o Capital, Livro terceiro, parte segunda, p.177).

O Capitalismo, pois, é inimaginável sem um crescimento da população industrial e comercial às expensas da população agrária" (*Lênin, 1982, p. 15, grifo nosso*).

Em suma, a vitória da grande produção, que gera um aumento da produtividade do trabalho aplicado à terra, faz com que, para um mesmo volume de produção, seja requerido uma menor quantidade de trabalho. Assim, o desenvolvimento do capitalismo no campo não exige uma grande expansão da quantidade de trabalho aplicada à terra, não exige que se recorra a uma grande expansão do assalariamento.

2.4 Lênin e os limites para a vitória da grande produção (*Lênin, 1981*)

Se a grande produção é superior à pequena, como explicar a sobrevivência desta? Como explicar que a grande produção não tenha eliminado completamente a pequena produção agrícola? A resposta está em que superioridade da grande sobre a pequena produção agrícola não pode ser tratada de maneira abstrata, deixando de levar em consideração a enorme variedade de relações agrárias. A superioridade da grande produção, como toda lei geral, depende da condição "coeteris paribus" (que nem sempre está presente). Como essa lei está sujeita à limites, ainda que diferentes em cada ramo da agricultura, sempre vão existir ramos onde ela não opera:

"A superioridade da grande produção agrícola sobre a pequena é inevitável, mas, 'como é evidente', somente 'quando as demais condições são iguais' (p.100, grifo nosso). Isso em primeiro lugar. Tampouco na indústria a lei da superioridade da grande produção é tão absoluta e tão simples como às vezes se pensa; também neste caso, somente a igualdade das 'demais condições' (que nem sempre, sequer quase sempre, se dão) garante a plena possibilidade de aplicar a lei. Mas na agricultura, que se distingue por uma complexidade e uma diversidade de relações incomparavelmente maiores, a plena possibilidade de aplicar a lei da superioridade da grande produção depende de condições muito mais estritas. (Lênin, 1981, p. 90).

Lênin chama a atenção para várias explicações apresentadas por Kautsky para a sobrevivência da pequena produção. Uma primeira explicação para a sobrevivência da pequena produção agrícola, um primeiro limite à expansão da agricultura capitalista, apontado por Kautsky e lembrado por Lênin, é a necessidade de dotar os operários com um pedaço de terra, para amenizar o êxodo rural que é promovido pelo próprio desenvolvimento do capitalismo no campo:

"... entre as condições que limitam a agricultura capitalista, Kautsky assinala também a falta de operários em consequência do êxodo da população do campo, o que obriga os grandes proprietários a se esforçarem por dotar de terras os operários, a criarem um pequeno campesinato que lhes proporcione a mão-de-obra necessária" (Lênin, 1981, p. 105);

e, portanto, não se deve esperar o completo desaparecimento da pequena produção agrícola no modo de produção capitalista:

"Por conseguinte, dentro dos limites do modo de produção capitalista não cabe esperar um completo desaparecimento da pequena produção na agricultura, pois os próprios capitalistas e latifundiários tendem a restabelecê-la quando a ruína dos camponeses está muito avançada. Marx assinala já em 1850, na Neue Rheinische Zeitung, este ciclo de concentração e fracionamentos na sociedade capitalista" (Lênin, 1981, p. 105).

Uma segunda explicação para a sobrevivência da pequena produção, um segundo limite para a expansão da produção capitalista, que em *"Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão"* foi enfatizada como a explicação exclusiva, é a manutenção da vida do pequeno produtor sob condições extremamente deterioradas - o pequeno produtor trabalha mais e consome menos:

"Depois de demonstrar a superioridade técnica da grande produção na agricultura (...), Kautsky se pergunta: 'O que pode a pequena produção contrapor às vantagens da grande?' E responde: 'Maior esmero e maior diligência do lavrador, o qual, diferentemente do assalariado, trabalha para si mesmo; e também um nível tão baixo de consumo do pequeno agricultor individual, que chega mesmo a ser inferior ao do operário agrícola' (p.106)" (Lênin, 1981, p. 91).

Essa vantagem "às avessas", no entanto, era elogiada pelos defensores da tese da superioridade da pequena produção. Argumentavam, eles, que a pequena produção tinha como vantagem o fato de ser levada a cabo por pessoas mais diligentes, não interessadas no lucro.

É um equívoco louvar a vitalidade do camponês, louvando-se o fato dele trabalhar sem levar em conta seu trabalho, sem buscar o ganho e a renda. Ao não se levar em conta a diferença entre as condições sociais da economia natural, da produção mercantil simples e do capitalismo, louvava-se o trabalho até o esgotamento e a redução incessante do nível de consumo do produtor rural. Numa economia capitalista, elogiava-se o esforço que tinha por recompensa uma remuneração incompleta da força de trabalho.

Na economia natural, por piores que sejam as condições de vida do trabalhador, ele está livre da exploração pelos outros. Na economia mercantil simples, ele precisa comprar apetrechos de trabalho e vender seu produto mas, não precisa buscar o lucro e a renda, pode pagar um preço mais alto do que um capitalista pagaria pela terra e contentar-se com o nível de vida de um trabalhador assalariado. Já na economia capitalista, o produtor tem que relacionar-se com o proprietário da terra que ele aluga para trabalhar, com o credor da hipoteca que foi feita na época da má colheita, com o comerciante que compra sua produção etc.

Na economia capitalista, o produtor está sujeito a uma força independente que o obriga a buscar o lucro, a renda e o juros. Se ele não o faz, na prática, está entregando, gratuitamente, o seu trabalho para outrem:

"Não levar em conta' o próprio trabalho no regime social capitalista significa entregá-lo gratuitamente (ao comerciante ou a outro capitalista), significa trabalhar por uma remuneração incompleta da força de trabalho, significa reduzir o nível do consumo abaixo do regular. Como vimos, Kautsky reconheceu plenamente e julgou com correção particularidade da pequena produção. Ao fazer objeção ao dito por Kautsky, o senhor Bulgákov recorre ao método usado comumente pelos economistas burgueses e pequeno-burgueses, e repete o erro habitual destes. Tais economistas não se cansam de louvar a 'vitalidade' do pequeno camponês que, na opinião deles, pode não levar em conta seu trabalho, não buscar o ganho e a renda etc. E estas boas pessoas apenas se esquecem que tais raciocínios confundem as 'condições sociais e econômicas' da economia natural, da produção mercantil simples e do capitalismo. Kautsky esclarece admiravelmente todos estes erros, estabelecendo uma rigorosa distinção entre os diferentes sistemas de relações sociais e econômicas. 'Se a produção agrícola do pequeno camponês - diz Kautsky - não foi incorporada à órbita da produção mercantil, se é apenas uma parte da economia doméstica, então também permanece à margem das tendências

centralizadoras do modo de produção moderno. Por irracional que seja sua economia parcelar, por maior que seja o desperdício de forças que esta implique, ele se aferra solidamente a ela, do mesmo modo que sua mulher se aferra a sua calamitosa economia doméstica, a qual, com um gasto ingente de força de trabalho, proporciona-lhe, exatamente da mesma forma, resultados misérrimos, mas que constitui a única esfera em que ela não se encontra submetida a uma vontade alheia e se acha livre de exploração' (p.165). A situação muda quando a economia natural é desalojada pela mercantil. O camponês tem que vender os produtos, adquirir petrechos, comprar terra. Enquanto o camponês continuar sendo um simples produtor de mercadorias, pode contentar-se com o nível de vida de um trabalhador assalariado; não necessita de lucros nem de rendas, e pode pagar pela terra um preço mais alto que o capitalista empresário poderia dar (p.166). Mas a produção mercantil simples é substituída pela produção capitalista. Se, por exemplo, o camponês hipotecou sua terra, deve obter também a renda que foi vendida ao credor. Nessa fase do desenvolvimento, somente de um modo formal pode-se considerar o camponês como um simples produtor de mercadorias. De facto, ele já tem que, habitualmente, tratar com o credor, com o comerciante, com o patrão industrial, ao qual deve pedir uma 'ocupação auxiliar', isto é, vender-lhe sua força de trabalho. Nesta fase - e, voltamos a repetir, Kautsky compara a grande e a pequena produção agrícola na sociedade capitalista - a possibilidade de 'não levar em conta o próprio trabalho' significa uma só coisa para o camponês: trabalhar até o esgotamento e reduzir incessantemente seu consumo" (Lênin, 1981, p. 94 e 95, grifo nosso).

A enorme diligência do camponês, o trabalho sem buscar a renda, os juros e o lucro, o pagamento mais caro pela propriedade da terra, que para alguns, expressam a superioridade da pequena produção sobre a grande produção agrícola, na realidade, expressam a opressão a que estão sujeitos os camponeses, os pequenos produtores, na economia capitalista, no reino da grande produção:

"... o camponês trabalha também em sua economia doméstica, constrói e repara sua casa, os estábulos, as ferramentas etc., 'sem levar em conta' todo esse trabalho suplementar, pelo qual o trabalhador assalariado de uma grande exploração exigiria a retribuição habitual. Não fica evidente, para qualquer pessoa sem idéias preconcebidas, que o trabalho excessivo do camponês - do pequeno agricultor - tem limites incomparavelmente mais extensos que o do pequeno industrial, sempre e quando seja apenas industrial? O trabalho excessivo do pequeno agricultor, como fenômeno geral, é demonstrado com clareza pelo fato de que todos os escritores burgueses apontam em uníssono o espírito 'diligente' e 'econômico' do camponês, ao passo que chamam os operários de 'indolentes' e 'esbanjadores' " (Lênin, 1981, p. 99, grifo nosso).

Uma terceira explicação para a sobrevivência da pequena produção, um terceiro limite à expansão da produção capitalista, apresentada por Kautsky e ressaltada por Lênin, é imposto pela existência de propriedade privada da terra:

"Na indústria o capital cresce por meio da acumulação, pela conversão da mais-valia em capital; a centralização, vale dizer, a fusão de vários capitais pequenos em um grande, desempenha papel menos importante. Outra é a situação na agricultura. Toda a terra (nos países civilizados) está ocupada, e a superfície das fazendas só pode se ampliar mediante a centralização de várias parcelas e, mais ainda, de modo que constituam uma superfície contínua. Compreende-se que a ampliação de uma fazenda mediante a compra das parcelas vizinhas é muito difícil, sobretudo porque as parcelas pequenas estão ocupadas em parte por operários agrícolas (indispensáveis ao grande agricultor) e em parte por pequenos camponeses que dominam a arte de manter-se em suas terras mediante uma redução de seu consumo até um mínimo incrível. (...) Ampliar uma fazenda comprando terras vizinhas não é tão

fácil como ampliar uma fábrica construindo novos corpos de edifícios para um número adicional de máquinas etc." (Lênin, 1981, p. 103, 104, grifo nosso) ⁽¹¹⁾.

Em suma, a existência de propriedade privada da terra, que gera uma renda da terra, eleva o preço da terra, dificultando a aplicação de capitais na agricultura e a expansão da produção capitalista, somada ao dispêndio de esforços excessivos que não são remunerados, dificulta o triunfo da grande produção capitalista, reduz a velocidade com que as tendências do capitalismo se implantam na agricultura, facilitando a sobrevivência da agricultura que Abramovay (1992) chamou de "*familiar*".

2.5 Como os ensinamentos de Lênin e de Kautsky explicam a agricultura moderna ("*familiar*") de Abramovay (1992).

Abramovay (1992) fundamenta sua tese de inaplicabilidade dos ensinamentos de Lênin e de Kautsky sustentando a importância quantitativa e qualitativa da produção "*familiar*" na agricultura moderna, em contraposição à previsão Leninista de "*bipolarização*" entre proletariado e corporações agrícola. No entanto, contrariamente ao que foi apregoado, a descrição de agricultura moderna contida em "*Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*" pode ser explicada a partir das obras de Lênin e de Kautsky sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo. O capítulo anterior e as seções precedentes deste capítulo constituem o fundamento desta afirmativa.

A alegada importância quantitativa da agricultura "*familiar*" cumpre contrapor que o simples registro da enorme número de estabelecimentos "baseados" (registrem-se as aspás) no trabalho familiar esconde a enorme diversidade de situações em que eles se encontram. A explicação para essa diversidade de casos é simples.

A vitória da grande produção não é tão simples, direta e automática, como se costuma imaginar. Isso é válido para a indústria e, principalmente, para a agricultura. Nesta última, mais que na primeira, prevalecem fatores que dificultam mais ainda a vitória da grande produção: a) a sobrevivência como agricultor, apesar do baixíssimo nível de condições de vida material e espiritual, explorado porque entrega gratuitamente para outrem, parte do seu tempo de trabalho; b) a tendência de fornecer lotes de terras para os trabalhadores rurais, como forma de conter o êxodo rural promovido pelo desenvolvimento do capitalismo no campo; c) a existência de propriedade privada da terra, uma forma de propriedade pré-capitalista, que dificulta a mobilidade de capitais e sua aplicação à agricultura.

Assim, ainda hoje, no registro das propriedades "*familiares*" constarão tanto o "*camponês de Santo Antônio do Tauá (PA)*", quanto o "*citricultor da Alta Araraquarense (SP)*", tanto o "*camponês do Bangladesh*", quanto o "*produtor cana-*

⁽¹¹⁾ É certo que Lênin diz que parte dessa dificuldade pode ser contornada mediante a concentração de várias fazendas numa mesma mão, constituindo uma unidade econômica regida por um órgão central, aproveitando-se das vantagens da grande produção: "... o senhor Bulgákov prestou pouca atenção a uma particularidade real da agricultura no processo de concentração, particularmente assinalada por Kautsky. Trata-se dos latifúndios, da acumulação de várias fazendas numa mesma mão. A estatística costuma ter em conta somente as fazendas, e não nos oferece dados sobre o processo de concentração de distintas fazendas nas mãos de grandes latifundiários. Kautsky cita exemplos muito eloquentes de tal concentração, na Alemanha e na Áustria, cuja conseqüência é uma forma peculiar e superior de grande exploração agrícola capitalista, na qual várias grandes fazendas se fusionam, constituindo uma unidade econômica regida por um órgão central. Estas gigantescas empresas agrícolas permitem combinar os mais diversos ramos da agricultura e aproveitar ao máximo as vantagens da grande produção" (Lênin, 1981, pp.104 e 105). É igualmente certo que tal artifício não faz com que a existência de propriedade privada da terra deixe de constituir um sério entrave ao desenvolvimento do capitalismo no campo.

dense de leite", tanto o "suinocultor da Comunidade Econômica Européia, cuja renda depende em última análise dos acordos estabelecidos em Bruxelas", quanto a "família rural da Índia cuja reprodução social apóia-se em laços de dependência comunitária e cuja ligação com o mercado mistura-se com um conjunto de relações de pessoa a pessoa". O resultado, obviamente, é o de se encontrar um enorme número de estabelecimentos "familiares" (ressaltem-se as aspas, mais uma vez) na agricultura moderna.

Tal resultado, no entanto, por misturar situações absolutamente distintas e opostas, não pode ser usado para indicar a importância da produção "familiar" na agricultura moderna. O ponto relevante é a lógica a que está submetida essa família, pois o fato de trabalhar acontece na escravidão, na servidão e no capitalismo. O importante é que o modo de ser dessas famílias "dinâmicas", "tecnificadas", "modernas", o seu critério de racionalidade e as bases objetivas e simbólicas da sua reprodução social estão determinados por uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista, por uma sociedade cujo denominador comum é o caráter mercantil, monetário da economia.

Nesse sentido, à alegada importância qualitativa da agricultura "familiar" cumpre contrapor que a modernização da agricultura não é fruto da dinâmica da família, mas é fruto do desenvolvimento da produção mercantil e do capitalismo. A "família" modernizou-se porque foi submetida ao mercado e às contradições da economia mercantil. A concorrência leva à especialização, ao crescimento das cidades, que expande o mercado e a demanda para a produção agrícola, e à grande produção, que expande e diversifica a oferta de produtos agrícolas.

A vitória da grande produção, da produção racional, intensiva no uso de adubos, de fertilizantes, de defensivos agrícolas, de instrumentos e máquinas, intensiva na aplicação da ciência à produção, superior técnica e comercialmente, se expressa na elevação da composição orgânica do capital. A vitória da grande produção eleva a produtividade do trabalho aplicado à terra, exigindo menor quantidade de trabalho para obter o mesmo volume de produção. Isso faz com que a elevação da composição orgânica do capital na agricultura, expressão da vitória da grande produção, ocorra com um aumento do capital constante e simultânea redução do capital variável.

O desenvolvimento das cidades promove a alteração na composição da demanda e da oferta agrícola. Dada a tecnologia existente, ocorre, simultaneamente, uma redução do tamanho dos estabelecimentos agrícolas. O que fraciona as propriedades não é a capacidade especial da família para sobreviver, mas o próprio desenvolvimento do capitalismo.

O ponto fundamental é que o desenvolvimento do capitalismo, de um lado, fraciona o tamanho das terras necessárias à produção agrícola e, de outro lado, reduz a necessidade de aplicação do trabalho à terra. É isso que viabiliza a sobrevivência da família com seu próprio trabalho e a reduzida contratação de mão-de-obra assalariada. A sobrevivência dos chamados estabelecimentos "familiares" modernos, altamente tecnificados, portanto, não se explica por uma alegada capacidade especial da "família" para sua reprodução, como defendido em *"Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão"*.

Adicionalmente, não se deve desprezar, na explicação da "importância" do trabalho "familiar" na agricultura moderna, a presença de um não desprezível grau de exploração dessas "famílias". Não se trata, evidentemente, de justificar sua sobrevivência pelo reduzido consumo, pela miséria, pois, afinal, se está tratando de estabelecimentos agrícolas dinâmicos. Trata-se, sim, de ressaltar que a tão louvada diligência dessas famílias, trabalho trabalhando mais horas e mais intensamente que as famílias assalariadas na indústria e nos serviços, sem a correspondente remuneração, é uma forma de exploração porque é uma forma de entregar parte do seu trabalho gratuitamente para outrem. Mesmo a família "dinâmica", portanto, muitas vezes, é explorada por outros, mesmo não havendo assalariamento formal. Uma exploração que algumas vezes é equivocadamente lida como uma vantagem competitiva frente às corporações: o elogio a essa vantagem competitiva é o elogio à exploração.

Não se deve desprezar, também, a dificuldade da “família dinâmica” para se transformar em empresa, devido exatamente a aquilo que ela tanto louva, a existência da propriedade privada da terra. Seja porque a necessidade de alocar recursos para a compra de terras resulta num desvio de recursos da produção para a compra de terras, desestimulando a entrada das empresas na agricultura, dificultando a centralização de capitais no campo e dando uma sobrevida para a “família dinâmica”. Seja porque a centralização de capital acaba tendo que ser feita mediante a propriedade de vários estabelecimentos situados em locais diferentes, dificultando enormemente o gerenciamento do bloco de capital em expansão.

Em suma, as especificidades do campo fazem com que as tendências gerais do capitalismo apareçam de maneira mais lenta. A bipolarização entre corporação e proletariado é uma tendência que, no campo, encontra maior dificuldade para aparecer na sua plenitude, seja pelos fortes resquícios do passado (e.g. propriedade privada da terra), seja porque o capitalismo costuma se infiltrar para modificar por dentro as condições que lhe são adversas (e.g. dar lote de terra para dispor de mão-de-obra assalariada).

3 Conclusão

Ao invés de se falar em um processo de diferenciação do campesinato e formação da agricultura familiar o correto é falar em um processo de desintegração do campesinato e criação da burguesia e do proletariado rural, que não pode ser entendido de maneira trivial. A discordância com Abramovay (1992), no entanto, não se restringe à fundamentação conceitual e empírica. A discordância se estende para questões metodológicas, como a postura frente à velocidade com que vêm se realizando os eventos previstos pelos clássicos do marxismo.

Observando tal velocidade, alguns a considerarão excessivamente reduzida, a ponto de concluir pela ausência da realização das tendências, rejeitando, então, a teoria clássica. A opção pela negação das tendências, quando os fatos não são tão claramente negados, indica que esta postura foi adotada em “*Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*”.

Outros, com uma abordagem diferente para as relações entre tempo lógico e tempo cronológico e entre tendência e processo, apontarão que não existe base científica para afirmar que a velocidade dos acontecimentos é reduzida ou elevada. Eles, então, tratarão de modo diferente as necessárias mediações entre as determinações gerais e a realidade, terão o enorme cuidado de não cometer o equívoco de afirmar que os clássicos estão superados. Aliás, essas obras são ditas clássicas, entre outros motivos, por ainda serem úteis para entender a realidade.

A postura exposta no parágrafo acima, oposta à de Abramovay (1992), é a que foi adotada no presente texto. Coerentemente, então, este artigo será concluído chamando a atenção para que os dados apresentados em “*Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*” não negam a transformação da família em “funcionária” do capital nem a expansão do assalariamento. Destacando, por conseguinte, trechos onde, apesar de ser enfatizado que por trás dos estabelecimentos ou das empresas agrícolas existe uma “família”, Abramovay (1992) não pode deixar de registrar que:

“A própria racionalidade da organização familiar não depende da família em si mesma, mas, ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve.” (Abramovay, 1992; p. 22/23);

“O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. (Abramovay, 1992; p. 131);

"A reprodução da família como objetivo social básico das atividades produtivas, tal como o concebia por exemplo Chayanov, a família como 'unidade teleológica da atividade econômica racional' está definitivamente colocada em questão. Isso não se deve a qualquer alívio na intensidade do trabalho no interior da exploração, mas à redefinição desta enquanto empresa e à nova situação em que se encontra própria noção de solidariedade intrafamiliar. O agricultor tende a comportar-se como microempresário capaz não só de atuar conforme as exigências do mercado, mas - pelo que apontam as pesquisas britânicas e francesas - diversificar suas atividades como resposta às crises cada vez mais freqüentes de superprodução em que o próprio progresso técnico o lançou." (Abramovay, 1992; p. 192);

"...não é verdade que os fatos tenham desmentido as previsões dos clássicos marxistas: onde o capitalismo se implanta, onde o mercado começa a dominar a vida social, onde a racionalidade econômica toma conta dos comportamentos dos indivíduos, os laços comunitários acabam por perder seu poder agregador e os camponeses vêem esvanecerem-se as bases objetivas de sua própria reprodução social. Pode-se lamentar esse fato e perguntar, como Henri Mendras (1967:316) no final do seu livro: 'et que sera un monde sans paysans'? Mas não se pode escamoteá-lo ..." (Abramovay, 1992; p. 251);

e tampouco pode deixar de registrar, para o caso dos Estados Unidos da América, que:

"Não há dúvida de que o assalariamento aumenta como proporção do trabalho total e que ele se concentra cada vez mais nos maiores estabelecimentos." (Abramovay, 1992; p. 152);

"Nos Estados Unidos, por exemplo, enquanto o auto-emprego e a atividade familiar não remunerada caíram, como proporção do emprego total, de 50,5% para 16,9%, entre 1900 e 1960, este declínio na agricultura, no mesmo período, foi de 78,5% para 67,4% ..." (Abramovay, 1992; p. 209);

nem deixar de registrar que, no caso da Grã-Bretanha, em 1983, num total de 186 mil unidades produtivas existentes, "metade dos assalariados estão concentrados em apenas 9.000 estabelecimentos" (Abramovay, 1992; p. 169).

Enfim: "Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão", ao contrário do que pretendia, não consegue negar a validade dos textos clássicos do marxismo sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, escritos por Lênin e por Kautsky.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo: HUCITEC, Campinas: UNICAMP, 1992.
- BULGÁKOV, S. Contribuição ao Problema da Evolução Capitalista na Agricultura, *Nachalo*, n. 1-2, p. 1-21, conforme referência em Lênin, 1982.
- KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. Tradução de C. Iperoig. São Paulo : Proposta Editorial, 1980.
- LENIN, Wladimir I. *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*. Tradução de Maria Beatriz Miranda Lima. São Paulo : Brasil Debates, 1980. (Coleção Alicerces).
- LENIN, Wladimir I. O Capitalismo na Agricultura : o livro de Kautsky e o artigo do senhor Bulgákov. Tradução de Sandra Brizolla. In: J. G. da SILVA, V. STOLCKE (Org.). *A Questão Agrária*. São Paulo : Brasiliense, 19981.
- LÊNIN, Wladimir I. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia : o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo : Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

LUKÁCS, Georges. O Marxismo Ortodoxo, In: José Paulo NETTO (Org.). *Lukács*. Tradução de José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho. 2. ed., Rio de Janeiro : Editora Ática, 1992. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

SOARES, Paulo de Tarso P. L. *Um Estudo Sobre Lênin e as Defesas da Reforma Agrária no Brasil*. 1992. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 1992.